

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023 e
Relatório dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	15



EXPANSION

TRANSMISSÃO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A.

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da **Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.** (“ETIM” ou “Companhia”) para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Cenário

A **Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.** (“ETIM” ou “Companhia”) atua no segmento de transmissão de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 22 anos de existência. Em 2023, a Concessionária manteve as atividades de operação e manutenção de duas subestações e 213,53 km de linhas em 500 kV, autorizada conforme Contrato de Concessão nº 011/2009.

Transmissão

Contando com duas subestações e 213,53 km de linhas de transmissão, nas tensões de 500 kV, a área de transmissão da Outorgada transporta tanto a energia recebida do Sistema Interligado (vide detalhamento no quadro abaixo). Além de usar suas linhas de transmissão para prover energia a consumidores em Minas Gerais, a Outorgada transmite energia para outras empresas usuárias do Sistema Interligado Brasileiro.

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas

Linhas de Transmissão	Circuito	Tensão(Kv)	Extensão (Km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 kV ITUMBIARA /MARIMBONDO C-1	C1	500	213,53	-	28/06/2004	20/12/2032

Linhas de Transmissão em Operação - Características financeiras – Projetos de Linhas

Linhas de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ Mil)	RAP Proporc. (R\$ Mil)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
LT 500 kV ITUMBIARA /MARIMBOND O C-1	ETIM	70.377	70.377	2017	Junho	IPCA

Em vista das linhas em operação, da entrada em operação comercial das linhas em construção, inclusive dos novos reforços com respectiva RAP e autorizados pela ANEEL e dos projetos vencidos mediante licitação, a RAP esperada - sem considerar novos projetos é de R\$ 70.038



EXPANSION

TRANSMISSÃO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A.

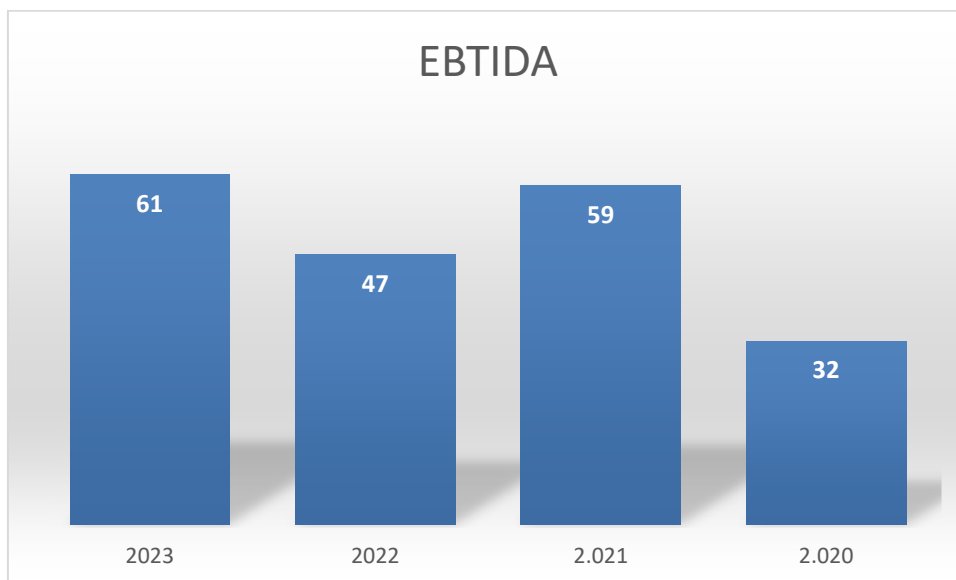
mil para 2024 (redução de 0,5% em relação a 2023) e de R\$ 72.838 mil para 2025 (evolução de 4% em relação a 2024), conforme quadro a seguir:

2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
68.455	70.377	70.038	72.838	75.749	78.779	81.931

Desempenho econômico-financeiro

Em 2023, o lucro líquido foi de R\$ 52 milhões, contra R\$ 46 milhões em 2022, um crescimento de 13%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 67 milhões, enquanto em 2022 situou-se em R\$ 63 milhões. Esse aumento de 6 % resulta da receita de encargos de transmissão que teve aumento de 4%.

A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 33% contra 28% em 2022. O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 61 milhões, superior em 30% a 2022, que foi de R\$ 47 milhões, conforme evolução abaixo:



Serviços de Auditoria Externa

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:



EXPANSION

TRANSMISSÃO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A.

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa	
Auditor Independente (em milhares de reais)	2023
KPMG Auditores Independentes	21
Total	21

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 01 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

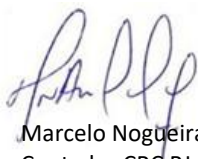
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	19.215	21.038
Concessionárias e permissionárias	9	9.853	6.603
Contas a receber - partes relacionadas	27	2.653	2.640
Almoxarifado		1.744	1.551
Adiantamento a fornecedores		182	151
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1	1
Outros impostos a recuperar		12	115
Outros ativos circulantes		386	861
		<u>34.046</u>	<u>32.960</u>
Ativo não circulante			
Impostos diferidos	10	24.122	26.827
Outros ativos não circulantes		8.097	6.720
Imobilizado não vinculado à concessão	11	316	474
Imobilizado	11	99.475	104.756
Intangível	12	1.141	1.187
		<u>133.151</u>	<u>139.964</u>
Total do ativo		<u><u>167.197</u></u>	<u><u>172.924</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	13	845	3.067
Fornecedores - partes relacionadas	27	412	384
Obrigações sociais e trabalhistas	16	2.833	2.717
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	1.411	741
Outros impostos a pagar	14	618	571
Taxas regulamentares	15	1.234	2.360
Dividendos propostos	18	589	439
		<u>7.942</u>	<u>10.279</u>
Passivo não circulante			
Provisão para contingências	17	625	1.020
		<u>625</u>	<u>1.020</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	18	88.109	88.109
Reservas especial de ágio		46.369	46.369
Reserva de Lucros		72.541	69.027
Reserva Legal		11.700	11.700
Prejuízo acumulado		<u>(60.089)</u>	<u>(53.580)</u>
		<u>158.630</u>	<u>161.625</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>167.197</u></u>	<u><u>172.924</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	19	66.522	62.602
Custo da operação	20	<u>(10.687)</u>	<u>(9.827)</u>
Lucro bruto		<u>55.835</u>	<u>52.775</u>
Despesas gerais e administrativas	21	(1.168)	(2.836)
Outras despesas/receitas operacionais		<u>(480)</u>	<u>(707)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>54.187</u>	<u>49.232</u>
Resultado financeiro	23	<u>4.933</u>	<u>2.040</u>
Receita financeira		5.031	2.287
Despesa financeira		<u>(98)</u>	<u>(247)</u>
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>59.120</u>	<u>51.272</u>
IRPJ e CSLL correntes	24	(4.039)	(2.780)
IRPJ e CSLL diferidos	24	<u>(2.705)</u>	<u>(2.705)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>52.376</u>	<u>45.787</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	<u>52.376</u>	<u>45.787</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u>52.376</u>	<u>45.787</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Total
	Capital social	Reserva especial de ágio	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos Acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	88.109	46.369	11.700	69.253	(55.437)	159.994
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	45.787	45.787
Dividendos propostos (Nota explicativa 18)	-	-	-	-	(439)	(439)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 18)	-	-	-	43.491	(43.491)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 18)	-	-	-	(43.717)	-	(43.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	88.109	46.369	11.700	69.027	(53.580)	161.625
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	52.376	52.376
Dividendos propostos (Nota explicativa 18)	-	-	-	-	(589)	(589)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 18)	-	-	-	58.296	(58.296)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 18)	-	-	-	(54.782)	-	(54.782)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	88.109	46.369	11.700	72.541	(60.089)	158.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		59.120	51.272
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização	11/ 12	5.860	5.639
Baixa imobilizado e intangível	11/ 12	1	-
Provisão para perda de crédito esperada	9	5	369
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(3.255)	1.814
Contas a receber - partes relacionadas		(13)	(323)
Imobilizado e intangível		2.008	19
Almoxarifado		(193)	17
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	3.800
Outros impostos a recuperar		103	(93)
Adiantamentos a fornecedores		(31)	(9)
Outros ativos		(1.298)	(461)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores – terceiros		(2.222)	663
Fornecedores – partes relacionadas		28	(54)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(647)	(2.574)
Outros impostos a pagar		3.079	182
Taxas regulamentares		(1.126)	476
Outros impostos pagos		(3.032)	(193)
Obrigações sociais e trabalhistas		116	236
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		58.503	60.780
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(2.721)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		55.782	60.780
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	11/ 12	(2.384)	(2.507)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(2.384)	(2.507)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	18	(55.221)	(44.310)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(55.221)	(44.310)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(1.823)	13.963
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		21.038	7.075
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		19.215	21.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. (“Companhia” ou “ETIM”), é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 25 de maio de 2001 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, nr.955, sala 1510, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial em Minas Gerais.

A Companhia iniciou suas operações em 23 de junho de 2004 e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 31 de outubro de 2017 ocorreu uma reestruturação societária entre Companhias investidas pela SGBH. Nesta operação societária que foi aprovada através do Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL, datado de 30 de dezembro de 2016, a Companhia realizou uma operação de incorporação reversa com sua controlada direta SGBH-T.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

Em 15 de agosto de 2002, o Consórcio constituído pelos acionistas da Companhia na época foi declarado vencedor do Leilão Público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à interligação da subestação Itumbiara à subestação Marimbondo, ambas no Estado de Minas Gerais. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 4 de dezembro de 2002, foi publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 2002.

No dia 20 de dezembro de 2002, a Companhia assinou com a União o contrato o Contrato de Concessão nº 86/2002 - Interligação Itumbiara-Marimbondo, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em áreas do Estado de Minas Gerais, para implantação, operação e manutenção da instalação de linha de transmissão 500 kV Itumbiara-Marimbondo, com extensão aproximada de 213,53 km, com origem na subestação 500 kV Itumbiara e término na subestação 500 kV Marimbondo.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 26.250 (vinte e seis milhões, duzentos e cinquenta mil reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 66.541 (sessenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e um mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 70.368 (setenta milhões, trezentos e sessenta e oito mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 04 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 70.385 (setenta milhões, trezentos e oitenta e quatro mil reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas pela Administração em 29 de abril de 2024.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

3.1 Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis regulatórias. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Principais Práticas contábeis regulatórias (2022: Resumo das práticas contábeis regulatórias) e 5 Resumo das práticas contábeis materiais em determinados casos, de acordo com as alterações.

4 Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias apresentadas nas páginas 19 a 25, exceto quanto ao se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 11 - Imobilizado e 12 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo “Em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

4.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida

quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

5 Resumo das práticas contábeis materiais (regulatórias e societárias)

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias

5.3 Almojarifado

Os almojarifados são compostos essencialmente por materiais de almojarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo imobilizado que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

O custo dos almojarifados é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para almojarifados de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

5.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

5.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% e 32% para IRPJ e 12% e 32% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

5.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCR tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

5.8 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

5.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.10 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

- **Classificação e mensuração** - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão

destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos."

5.11 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.12 Transação com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da companhia.

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

(b) Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações contábeis regulatórias a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

(c) Outras normas Contábeis

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

7 Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		34.046	41.105	75.151	32.960	39.545	72.505
Caixa e equivalentes de caixa		19.215	-	19.215	21.038	-	21.038
Concessionárias e permissionárias		9.853	-	9.853	6.603	-	6.603
Contas a receber – partes relacionadas		2.653	-	2.653	2.640	-	2.640
Almoxarifado		1.744	-	1.744	1.551	-	1.551
Adiantamentos a fornecedores		182	-	182	151	-	151
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1	-	1	1	-	1
Outros impostos a recuperar		12	-	12	115	-	115
Ativos de contrato	a	-	41.105	41.105	-	39.545	39.545
Outros ativos circulantes		386	-	386	861	-	861
Ativo não circulante		133.151	25.262	158.413	139.964	25.521	165.485
Ativos de contrato	a	-	130.889	130.889	-	131.130	131.130
Impostos diferidos	c	24.122	(5.297)	18.825	26.827	-	26.827
Outros ativos não circulantes		8.097	-	8.097	6.720	-	6.720
Imobilizado não vinculado à concessão		316	-	316	474	-	474
Imobilizado	b	99.475	(99.362)	113	104.756	(104.610)	146
Intangível	b	1.141	(968)	173	1.187	(999)	188
		167.197	66.367	233.564	172.924	65.066	237.990

*Expansion Transmissão
Itumbiara Marimbondo S.A.
Demonstrações contábeis
regulatórias em
31 de dezembro de 2023*

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		7.942	-	7.942	10.279	-	10.279
Fornecedores - terceiros		845	-	845	3.067	-	3.067
Fornecedores - partes relacionadas		412	-	412	384	-	384
Obrigações Sociais e Trabalhistas		2.833	-	2.833	2.717	-	2.717
Impostos de renda e contribuição social a pagar		1.411	-	1.411	741	-	741
Outros impostos a pagar		618	-	618	571	-	571
Taxas regulamentares		1.234	-	1.234	2.360	-	2.360
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio		589	-	589	439	-	439
Passivo não circulante		625	6.278	6.903	1.020	11.486	12.506
Provisão para contingências		625	-	625	1.020	-	1.020
Impostos diferidos	c	-	6.278	6.278	-	11.486	11.486
Patrimônio líquido		158.630	60.089	218.719	161.625	53.580	215.205
Capital social		88.109	-	88.109	88.109	-	88.109
Reservas especial de ágio		46.369	-	46.369	46.369	-	46.369
Reserva de lucros		72.541	-	72.541	69.027	-	69.027
Reserva legal		11.700	-	11.700	11.700	-	11.700
Prejuízo acumulado	d/e	(60.089)	60.089	-	(53.580)	53.580	-
		167.197	66.367	233.564	172.924	65.066	237.990

*Expansion Transmissão
Itumbiara Marimbondo S.A.
Demonstrações contábeis
regulatórias em
31 de dezembro de 2023*

Demonstração do resultado do exercício	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	66.522	1.270	67.792	62.602	(5.172)	57.430
Custo de construção e operação	e	(10.687)	5.279	(5.408)	(9.827)	3.150	(6.677)
Lucro bruto		55.835	6.549	62.384	52.775	(2.022)	50.753
Despesas gerais e administrativas		(1.168)	-	(1.168)	(2.836)	-	(2.836)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(480)	-	(480)	(707)	-	(707)
Resultado antes do resultado financeiro		54.187	6.549	60.736	49.232	(2.022)	47.210
Resultado financeiro		4.933	-	4.933	2.040	-	2.040
Receita financeira		5.031	-	5.031	2.287	-	2.287
Despesa financeira		(98)	-	(98)	(247)	-	(247)
Lucro antes dos impostos sobre lucros		59.120	6.549	65.669	51.272	(2.022)	49.250
IRPJ e CSLL correntes		(4.039)	-	(4.039)	(2.780)	-	(2.780)
IRPJ e CSLL diferidos	c	(2.705)	(40)	(2.745)	(2.705)	165	(2.540)
Lucro líquido do exercício		52.376	6.509	58.885	45.787	(1.857)	43.930

7.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido Societário	218.719	215.205
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(171.994)	(170.675)
Impostos diferidos ativos	5.297	-
Imobilizado	99.362	104.610
Intangível	968	999
Impostos Diferidos Passivos	6.278	11.486
Patrimônio Líquido Regulatório	158.630	161.625

7.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido Societário	58.885	43.930
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato conforme CPC 47	(41.162)	(40.995)
Margem de construção	56.329	51.807
Outras receitas	(16.485)	(5.444)
PIS/COFINS Diferido	48	(196)
Depreciação/Amortização regulatória	(5.651)	(5.466)
Custo de operação e manutenção	372	2.316
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	40	(165)
Lucro Líquido Regulatório	52.376	45.787

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. *Imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional é reconhecido como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. *Receita*

Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 4.2.

e. Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa		-
Banco	397	385
Aplicações financeiras (i)	18.818	20.653
	19.215	21.038

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração média de 103,23% do CDI em 2023 e 102,61% do CDI em 2022. A variação no caixa refere-se a maiores pagamentos de impostos e taxas e das despesas operacionais, mas principalmente ao pagamento de dividendos em 2023 que foi 25% maior se comparado ao exercício de 2022.

9 Concessionárias e permissionárias

Todos os todos clientes da Companhia são classificados como industriais ou estão envolvidos na prestação de serviços diretamente relacionados à indústria.

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	6.618	5.862
Vencidas até 30 dias	22	9
Vencidas até 60 dias (i)	587	12
Vencidas até 90 dias (i)	857	6
Vencidas até 120 dias (ii)	167	3
Vencidas até 180 dias (ii)	110	367
Vencidas entre 181 e 360 dias	61	47
Vencidas há mais de 360 dias (ii)	1.877	738
	10.299	7.044
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (ii)	(446)	(441)
	9.853	6.603

- (i) O aumento em 2023 é referente às faturas do Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ainda não recebidas;
- (ii) O aumento em 2023 é decorrente das provisões de AVCs complementares referentes a rescisões de contrato dos grupos Exus, Newen Energies e Grupo Cassilândia ainda não recebidos. Destacamos que a Companhia não possui títulos renegociados em sua composição do saldo de contas a receber.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é

suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(441)	(72)
Reversão	-	30
Complemento de provisão (iii)	<u>(5)</u>	<u>(399)</u>
Saldo final	<u>(446)</u>	<u>(441)</u>

- (iii) Variação refere-se substancialmente a provisão do AVC complementar das empresas do grupo Quinturará em 2022 ainda não recebido.

10 Impostos diferidos

Os tributos diferidos ativos referem-se ao crédito fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição da controlada SGBH-T, os quais foram incorporados. O benefício será realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram.

	31/12/2023	31/12/2022
IR e CSLL Diferidos Ativos (crédito fiscal incorporação)	<u>24.122</u>	<u>26.827</u>
	<u>24.122</u>	<u>26.827</u>

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>26.827</u>
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	<u>(2.705)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>24.122</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>29.532</u>
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	<u>(2.705)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>26.827</u>

11 Imobilizado

a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	194.091	-	-	1.832	195.923	1.832	(108.084)	87.839	91.616
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.078	-	-	40	2.118	40	(1.298)	820	851
Máquinas e equipamentos	190.778	-	-	1.789	192.567	1.789	(106.011)	86.556	90.215
Veículos	1.219	-	-	-	1.219	-	(766)	453	542
Móveis e utensílios	16	-	-	3	19	3	(9)	10	8
Administração	88	-	-	22	110	22	(75)	35	46
Máquinas e equipamentos	88	-	-	22	110	22	(75)	35	46
	194.179	-	-	1.854	196.033	1.854	(108.159)	87.874	91.662
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	12.993	2.370	(2.009)	(1.832)	11.522	(1.471)	-	11.522	12.993
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	40	-	(40)	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	29	68	-	(15)	82	53	-	82	29
Móveis e utensílios	3	-	-	(3)	-	(3)	-	-	3
Outros	12.961	2.262	(2.009)	(1.774)	11.440	(1.521)	-	11.440	12.961
Administração	101	-	-	(22)	79	(22)	-	79	101
Máquinas e equipamentos	101	-	-	(22)	79	(22)	-	79	101
	13.094	2.370	(2.009)	(1.854)	11.601	(1.493)	-	11.601	13.094
Ativo imobilizado	207.273	2.370	(2.009)	-	207.634	361	(108.159)	99.475	104.756
Ativo não vinculado									
	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	1.573	-	-	-	1.573	-	(1.257)	316	474
Ativo não vinculado	1.573	-	-	-	1.573	-	(1.257)	316	474

b. Taxas de depreciação

	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>		
	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	195.923	(108.084)	87.839	91.616
Administração	7,51%	110	(75)	35	46
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	<u>1.573</u>	<u>(1.257)</u>	<u>316</u>	<u>474</u>
		<u>197.606</u>	<u>(109.416)</u>	<u>88.190</u>	<u>92.136</u>

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado segregado de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Imobilizado não vinculado à concessão (i)	
Máquinas e equipamentos	10,00%

- (i) O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

11.1 A composição das adições do ativo imobilizado por tipo de gasto capitalizado é como segue:

<u>Adições do ativo imobilizado em curso</u>	<u>Material/Equipamentos</u>
Transmissão	
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	40
Máquinas e Equipamentos	68
Projetos Diversos	2.262
Total das adições	2.262

11.2 As principais transferências (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023:

	<u>Transmissão - Descrição do Bem</u>	<u>Grupo</u>	<u>Em R\$ mil</u>
1.	REFORMA DA UNIDADE DE MARIMBONDO - FRONTEIRA-MG.	Edificações, obras civis e benfeitorias	40
2.	BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) PRINCIPAL	Máquinas e equipamentos	99
3.	BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) REDUNDANTE	Máquinas e equipamentos	99
4.	BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) PRINCIPAL	Máquinas e equipamentos	108
5.	BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) REDUNDANTE	Máquinas e equipamentos	108
6.	BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) PRINCIPAL	Máquinas e equipamentos	108
7.	BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) REDUNDANTE	Máquinas e equipamentos	108
8.	BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) PRINCIPAL	Máquinas e equipamentos	108
9.	BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) REDUNDANTE	Máquinas e equipamentos	108
10.	SISTEMA SDH - SYNCHRONOUS DIGITAL HIERARCHY	Máquinas e equipamentos	930
	Total das adições		1.816

11.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023

Não houve baixas de ativo imobilizado em serviço no exercício de 2023.

12 Intangível

a. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	1.131	-	-	5	1.136	5	(180)	956	995
Servidões	898	-	-	-	898	-	-	898	898
Softwares	233	-	-	5	238	5	(180)	58	97
Administração	173	-	-	166	339	166	(168)	171	21
Softwares	173	-	-	166	339	166	(168)	171	21
	1.304	-	-	171	1.475	171	(348)	1.127	1.016
Ativo intangível em curso									
Transmissão	5	14	-	(5)	14	9	-	14	5
Softwares	5	14	-	(5)	14	9	-	14	5
Administração	166	-	-	(166)	-	(166)	-	-	166
Softwares	166	-	-	(166)	-	(166)	-	-	166
	171	14	-	(171)	14	(157)	-	14	171
Ativo Intangível	1.475	14	-	-	1.489	14	(348)	1.141	1.187

b) Taxas de amortização

		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	Taxas anuais médias de amortização(%) (i)	Valor Bruto	Amortização acumulada
Intangível em serviço		Valor líquido	Valor líquido
Transmissão	0,15%	1.136	(180)
Administração	10,00%	339	(168)
		<u>1.475</u>	<u>(348)</u>
		<u>1.127</u>	<u>1.016</u>

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

12.1 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:

<u>Adições do Intangível em curso</u>	<u>Total</u>
Transmissão	
Software	14
Total das adições	14

12.2 As principais transferências (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

<u>Transmissão - Descrição do Bem</u>	<u>Grupo</u>	<u>Em R\$ mil</u>
1. INTEGRACAO COSWIN-SAM	SOFTWARE	2
2. SERVICIO DE CONSULTORIA DE IMPLANTACAO	SOFTWARE	2
3. SERVICIO DE CONSULTORIA DE IMPLANTACAO	SOFTWARE	1
Total das adições		5

<u>Administração - Descrição do Bem</u>	<u>Grupo</u>	<u>Em R\$ mil</u>
1. SERVICIO DE IMPLANTACAO E DESENVOLVIMENTO	SOFTWARE	165
2. LICENCA DE USO CESSAO E BASE DE DADOS	SOFTWARE	1
Total das adições		166

12.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

Não houve baixas de ativo intangível em serviço no exercício de 2023.

13 Fornecedor

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores relacionados à construção (i)	-	2.133
Gastos ambientais e fundiários	48	11
Prestadores de serviços	206	229
Outros (ii)	591	694
	<u>845</u>	<u>3.067</u>

- (i) Variação referente a baixas relacionadas ao projeto de melhoria de substituição de 3 fases de reator 500KVRT3 na subestação de Marimbondo e retrofit do sistema de proteção e controle.
- (ii) Variação referente a baixas relacionada a compra de material de almoxarifado e aprimoramento de estrutura de combate de incêndio.

14 Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ	943	458
CSLL	468	283
	<u>1.411</u>	<u>741</u>

Outros impostos a pagar

PIS	42	35
COFINS	193	163
IRRF retido na fonte	50	48
ICMS	30	63
ISS	20	18
INSS	196	166
FGTS	70	65
Outros	17	13
	<u>618</u>	<u>571</u>

15 Taxas regulamentares

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	403	701
CDE a pagar (ii)	14	-
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	22	141
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iv)	795	1.518
	<u>1.234</u>	<u>2.360</u>

- (i) **RGR**
Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e

projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 04 de agosto de 2023, através do Despacho nº 2.737 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 177 (cento e setenta e sete mil reais).

(ii) **CDE**
Conforme disposto na Resolução ANEEL 929/2021, as transmissoras de energia elétrica devem destinar 0,12% da ROL à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE até 31/12/2025. A CDE é um fundo do setor elétrico que tem como objetivo o desenvolvimento energético do país. A partir de 01/01/2026 este percentual será revertido para a execução de projetos de P&DI.

(iii) **TFSEE**
Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 20 de julho de 2023, através do Despacho nº 2.469 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 265 (duzentos e sessenta e cinco mil reais).

(iv) **P&D**
Conforme a Resolução Aneel 929 de 2021, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento da ANEEL, sendo 0,28% para projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A variação é referente ao encerramento do projeto de gestão em 2023.

16 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de Férias	1.042	960
Provisão de Bônus (i)	1.572	1.554
Tributos retidos	218	200
Outros	<u>1</u>	<u>3</u>
	<u>2.833</u>	<u>2.717</u>

(i) Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program).

17 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões fiscais e de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso

para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Fiscal (i)	625	1.020
	<u>625</u>	<u>1.020</u>

- (i) As adições e as reversões ocorreram, basicamente, em razão da movimentação de processos, com ocorrência de decisão judicial na redução dos valores pleiteados pela união em fase recursal afastando a cobrança de créditos de IRPJ, CSLL e Cofins, bem como alteração nos prognósticos. Portanto, houve conversão de valores em favor da Companhia; e as provisões constituídas de servidões, referem-se a indenizações por faixa de servidão.

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Fiscais	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.020</u>	<u>-</u>	<u>1.020</u>
Adições e reversões, líquidas (i)	<u>(395)</u>	<u>-</u>	<u>(395)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>625</u>	<u>-</u>	<u>625</u>
	Fiscais	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1.111</u>	<u>101</u>	<u>1.212</u>
Adições e reversões, líquidas (ii)	<u>(91)</u>	<u>(101)</u>	<u>(192)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.020</u>	<u>-</u>	<u>1.020</u>

- (i) As reversões ocorreram, basicamente, em razão da alteração de prognóstico dos processos 15374.955199/2009-81, 15374.954000/2009-05 e 15374.956915/2009-47, para possível. Nestes casos as discussões dizem respeito a compensação de crédito de COFINS (PER/DCOMP) decorrente de pagamento feito a maior e relacionado ao ano de 2006, e ainda são discussões na esfera administrativa. São casos que atualizados somam o valor envolvido de R\$ 422 (quatrocentos e vinte e dois mil reais), e estão sob responsabilidade de um dos sellers.
- (ii) A movimentação é decorrente, basicamente, em razão da movimentação de processos, com ocorrência de decisão judicial na redução dos valores pleiteados pela união em fase recursal afastando a cobrança de créditos de IRPJ, CSLL e Cofins, bem como alteração nos prognósticos. Portanto, houve conversão de valores em favor da companhia; e as provisões constituídas de servidões, referem-se a indenizações por faixa de servidão.

Contingências possíveis (não provisionados)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais, conforme segue:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Fiscal (i)	<u>111.435</u>	<u>89.189</u>
	<u>111.435</u>	<u>89.189</u>

- (i) Processos Fiscais: Referem-se a 15 processos administrativos e 2 processos judiciais de natureza fiscal, todos em curso. Entre os processos de maior risco possível encontram-se os processos 5003229-44.2019.4.02.5101, ajuizado contra a Fazenda Nacional, no qual se discute questões de amortização de ágio e tem valor de risco possível envolvido em 31/12/2023 de R\$ 71.583 (setenta e um milhões, quinhentos e oitenta e três mil reais) e R\$ 54.370 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e setenta mil reais) em 31/12/2022 e os processos administrativos 17227-720.037/2020-58 e 10348.720.859/2021-02, sendo que ambos foram movidos pela Receita Federal, discutindo questões relacionadas a IRPJ e CSLL, e somados possuem uma exposição de risco possível em 31/12/2023 de R\$ 37.632 (trinta e sete milhões, seiscentos e trinta e dois mil reais) e R\$ 33.023 (trinta e três milhões, vinte e três mil reais) em 31/12/2022, ambos estão em curso ainda sem decisão definitiva. O aumento da exposição decorre da atualização monetária dos casos em curso.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 88.109 (oitenta e oito milhões, cento e nove mil reais), dividido em 88.108.634 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2023 e 2022
State Grid Brazil Holding S. A.	99,99%
International Grid Holding Limited	<u>0,01%</u>
	<u>100,00%</u>

b. Reserva especial de ágio

A Reserva especial de ágio foi constituída decorrente do acervo líquido resultante da incorporação reversa da SGBH-T na ETIM em 31 de outubro de 2017.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício societário, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. A partir de 2017 não foi constituída a reserva legal, pois o limite previsto na Lei foi atingido.

d. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível o montante de R\$ 72.541 (setenta e dois milhões, quinhentos e quarenta e um mil reais) e R\$ 69.027 (sessenta e nove milhões, vinte e

sete mil reais) respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada.

e. Prejuízos acumulados

Conforme demonstrado na nota explicativa 7, as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias impactam diretamente na apuração do resultado da Companhia resultando num prejuízo acumulado de R\$ 60.089 (sessenta milhões, oitenta e nove mil reais) em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 53.580 (cinquenta e três milhões, quinhentos e oitenta mil reais) em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras regulatórias absorvidos pela retenção de lucros.

f. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício - societário	58.885	43.930
Base de cálculo para os dividendos	58.885	43.930
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	589	439

Foram efetuadas as aprovações de distribuição de dividendos que foram pagos ao longo de 2023 e 2022 conforme demonstrado abaixo:

Órgão aprovador	Data	Pagamento em 2023	Pagamento em 2022
AGO	26/04/2022	-	593
RCA	24/05/2022	-	43.717
AGO	26/04/2023	439	-
RCA	12/06/2023	54.782	-
	Total	55.221	44.310

19 Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta (i)	71.852	66.843
Ajuste da Receita de rateio de antecipação	(1.283)	(1.692)
Receita de encargos de transmissão	71.117	68.652
Receita de novas obras RBNI	14	14
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(1.973)	(3.497)
Indisponibilidade de equipamentos	(323)	(65)

Expansion Transmissão
Itumbiara Marimbondo S.A.
Demonstrações contábeis
regulatórias em
31 de dezembro de 2023

Receita RMEL	145	141
Descontos Incidentes na TUST (ii)	4.155	3.283
Outras receitas de operação	-	7
	<u> </u>	<u> </u>
Deduções da receita operacional	(5.330)	(4.241)
	<u> </u>	<u> </u>
PIS	(467)	(435)
COFINS	(2.155)	(2.006)
P&D	(664)	(626)
RGR	(1.791)	(934)
TFSEE	(253)	(240)
	<u> </u>	<u> </u>
	66.522	62.602
	<u> </u>	<u> </u>

- (i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em julho/2023.
- (ii) Com a publicação da Lei 13.360/2016, novas mudanças foram introduzidas na CDE no que diz respeito ao custeio dos descontos na TUST referentes a fontes incentivadas. Por consequência, os descontos tarifários dados aos usuários em função da aplicação da Resolução Normativa 77/2004 são contabilizados pelo ONS após cada AMSE e o valor não arrecadado à título de Encargo de Uso dos Sistemas de Transmissão - EUST é apurado para cada concessionária de transmissão por CPST.

20 Custo de operação e construção

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(2.350)	(2.462)
Material	(949)	(409)
Serviços de terceiros	(763)	(673)
Depreciação e amortização	(5.651)	(5.466)
Gastos diversos	(835)	(729)
Outros	(139)	(88)
	<u> </u>	<u> </u>
	(10.687)	(9.827)
	<u> </u>	<u> </u>

21 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(1.118)	(1.693)
Material	(47)	(56)
Serviços de terceiros	(308)	(419)
Arrendamentos e aluguéis	(144)	(127)
Provisão/reversão (ii)	(5)	(369)
Tributos	(31)	(4)
Depreciação e amortização	(48)	(15)
Outras	533	(153)
	<u> </u>	<u> </u>
	(1.168)	(2.836)
	<u> </u>	<u> </u>

- (i) A variação refere-se substancialmente ao rateio conf. Res. 699/16 devido a inclusão das empresas XRTE e STE em 2022 conforme detalhado na nota explicativa 27.
- (ii) Variação refere-se a provisão para perda de crédito esperada devido ao não recebimento das empresas do grupo Quinturaré em 2022.

22 Despesas com pessoal

Pessoal - operação	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(1.459)	(1.670)
Encargos	(514)	(585)
Previdência privado	(25)	(29)
Outros Benefícios - Corrente	(309)	(275)
Outros	(43)	98
	<u>(2.350)</u>	<u>(2.462)</u>

Pessoal - administração	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(483)	(662)
Encargos	(162)	(255)
Previdência privada	(11)	(42)
Despesas rescisórias	(2)	(2)
Benefícios	(90)	(123)
Outros	(32)	(147)
Administradores	(338)	(462)
	<u>(1.118)</u>	<u>(1.693)</u>
	<u><u>(3.468)</u></u>	<u><u>(4.155)</u></u>

23 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira	<u>5.031</u>	<u>2.287</u>
Receitas de aplicações financeiras (i)	3.182	1.798
Outras receitas financeiras	<u>1.849</u>	<u>489</u>
Despesa financeira	<u>(98)</u>	<u>(247)</u>
Juros e multas	(36)	(7)
Outras despesas financeiras	<u>(62)</u>	<u>(240)</u>
	<u><u>4.933</u></u>	<u><u>2.040</u></u>

- (i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2023 referente a sobra de Caixa conforme mencionado na nota explicativa 8.

24 Conciliação de imposto de renda e contribuição social (lucro presumido)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas brutas (8%) (i)	71.829	66.975
Receitas brutas (32%) (ii)	<u>280</u>	<u>-</u>
Base de cálculo (8%)	5.746	5.358
Base de cálculo (32%)	89	-
Outras receitas	<u>5.353</u>	<u>2.180</u>
Base de cálculo	<u><u>11.188</u></u>	<u><u>7.538</u></u>

*Expansion Transmissão
Itumbiara Marimbondo S.A.
Demonstrações contábeis
regulatórias em
31 de dezembro de 2023*

IR devido	(2.773)	(1.860)
Ajuste de provisão IR referente a anos anteriores	-	-
(+) IR diferido / Outros	<u>(1.989)</u>	<u>(1.989)</u>
Total de IRPJ	<u>(4.762)</u>	<u>(3.849)</u>
	31/12/2023	31/12/2022
Receitas brutas (12%) (i)	71.829	66.975
Receitas brutas (32%) (ii)	280	-
Base de cálculo (12%)	<u>8.620</u>	<u>8.037</u>
Base de cálculo (32%)	89	-
Outras receitas	<u>5.353</u>	<u>2.180</u>
Base de cálculo	<u>14.062</u>	<u>10.217</u>
CSLL devida	(1.266)	(920)
Ajuste de provisão CSLL referente a anos anteriores	-	-
(+) CSLL diferido / Outros	<u>(716)</u>	<u>(716)</u>
Total de CSLL	<u>(1.982)</u>	<u>(1.636)</u>
Total de IRPJ/CSLL	<u>(6.744)</u>	<u>(5.485)</u>
Total IRPJ/CSLL corrente	<u>(4.039)</u>	<u>(2.780)</u>
Total IRPJ/CSLL diferido	<u>(2.705)</u>	<u>(2.705)</u>

- (i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP.
- (ii) As receitas de CCT e CCI estão sendo tributadas mediante a aplicação da alíquota de presunção de 32% para IRPJ e CSLL.

25 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 25.1, não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

25.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	19.215	21.038
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	27	2.653	2.640
Concessionárias e permissionárias	9	9.853	6.603
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores – terceiros	13	845	3.067
Fornecedores - partes relacionadas	27	412	384

25.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. *Riscos de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. *Riscos de taxa de juros*

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros		
Caixa e equivalente	19.215	21.038

Contas a receber partes relacionadas	2.653	2.317
Concessionária e Permissionárias	9.853	8.786

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

26 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

27 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

27.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	<u>2.653</u>	<u>2.640</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	2.651	2.576
Outros	<u>2</u>	<u>64</u>
Intercompany CET Brazil - Despesas de hospedagem	-	42
Intercompany ETEE - Despesas de pessoal	-	22
Intercompany Araraquara - Pgtos de impostos	1	-
Intercompany Iracema - Pgtos de impostos	1	-
	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas – Longo Prazo	<u>42</u>	<u>-</u>
Outros ativos não circulantes	<u>42</u>	<u>-</u>
Intercompany CET Brazil - Despesas de hospedagem	42	-

27.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - partes relacionadas	<u>412</u>	<u>384</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	<u>412</u>	<u>384</u>

27.3 Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - partes relacionadas	<u>8.439</u>	<u>7.372</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	8.573	7.527
Despesa de aluguel (ii)	(134)	(120)
Serviços de engenharia SGSE (iii)	-	(35)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas a variação do período é referente a maior apropriação decorrente a um maior período de aplicação da norma.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para os exercícios de 2023 e 2022.

27.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	148	179
Benefícios diretos e indiretos	25	31
Encargos	72	106
Provisões (13 salário, férias e bônus)	93	145
Valor total da remuneração	338	461

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

28 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	70.450	70.450
Veículos	Carros	828	1.182
		91.278	91.632

Ramon Sade Haddad	Jorge Bauer	Mariana de Oliveira Barbosa
Diretor Presidente	Diretor	Contadora - CRC RJ - 103573/O-2